

NOME DA PRÁTICA

1378. Projeto Descomplica TJRS

LOCALIDADE

Porto Alegre / RS

AUTOR(ES)

Tribunal

DATA DA SUBMISSÃO

30/04/2021

CATEGORIA

Tribunal

NOME DO TRIBUNAL

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

NOME DO PRESIDENTE

Voltaire de Lima Moraes

TELEFONE DO PRESIDENTE

(51) 32106330

NOME DO MAGISTRADO

Desembargador Ricardo Pippi Schmidt

E-MAIL DO MAGISTRADO

rschmidt@tjrs.jus.br

TELEFONE DO MAGISTRADO

(51) 999114738

NOME DO RESPONSÁVEL

Sheron Garcia Vivian

CARGO DO RESPONSÁVEL

Assessora-Coordenadora da Assessoria de Inovação e Planejamento - ASSIPLAN da Corregedoria-Geral da Justiça

TELEFONE DO RESPONSÁVEL

(51) 981197010

E-MAIL DO RESPONSÁVEL

sherongv@tjrs.jus.br

ASSUNTO PREPONDERANTE

Desburocratização

ENDEREÇO

Avenida Borges de Medeiros 1565, 1565, Praia de Belas, Porto Alegre, RS

PRÁTICA JÁ APRESENTADA?

Não

EM FUNCIONAMENTO DESDE

08/2020

WHATSAPP

(51) 981197010 - Sheron Garcia Vivian

CONTATO PARA RECEBER CONSULTOR

-

YOUTUBE

<https://www.youtube.com/watch?v=kRkmaO47Rsg>

DESCRIÇÃO RESUMIDA

O projeto descomplica pretende viabilizar que o Judiciário gaúcho inove no modo de comunicar-se com a sociedade e com os usuários do sistema judicial, buscando simplificar a forma como são elaborados os textos dirigidos ao público interno e externo, tanto na área administrativa quanto jurisdicional. Com um texto mais claro e objetivo, reduzimos a possibilidade de interpretações equivocadas, tornando a comunicação mais eficiente. Havendo menos dúvidas de interpretação, haverá redução com custos operacionais indiretos, relacionados ao atendimento do público, tanto interno quanto externo, sobre os regramentos ou orientações expedidos. A simplificação dos textos é especialmente útil quando as informações se destinam também aos cidadãos, pois somente assim garantimos acesso às informações de que precisam ou desejam conhecer. Também visa facilitar o acesso à justiça, evitando que deficiente informação acerca dos mecanismos de solução adequada dos conflitos impeçam as pessoas de buscar resolução de suas demandas. Mecanismos como a negociação direta, a mediação, a conciliação, a justiça restaurativa e, inclusive, os Juizados Especiais, podem solucionar litígios a custo menor de tempo e dinheiro. Nesse sentido, a adoção do sistema conhecido como “Justiça Multiportas” é capaz de proporcionar aos cidadãos em geral formas de resolução dos seus conflitos por meios alternativos, o que também é objetivo do Projeto Descomplica. A inovação proposta é cultural e procedimental, garantindo mais eficiência e qualidade nos serviços judiciais.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO

Ao longo dos últimos vinte anos, com o advento da internet, mudamos a forma de consumir e transmitir informações, privilegiando mensagens diretas e de fácil compreensão. A realidade é que a grande maioria das pessoas não possui conhecimento suficiente para entender os termos jurídicos e técnicos, muito menos a linguagem complexa do chamado *juridiquês*, necessitando de esclarecimentos para entender a mensagem. Nesse sentido, o texto que transmite a mensagem, ato ou decisão, deve ser claro, preciso, direto e objetivo, evitando intercalações excessivas ou ordens inversas, que dificultam a compreensão do leitor médio. Também o uso de imagens visuais, como ícones, fotos ou gráficos, muito em voga com o avanço da tecnologia, facilita a compreensão. Não se trata de substituir o texto por imagens, mas complementá-lo, de forma a que o leitor possa intuir e memorizar melhor as informações. Investir nos mecanismos de solução adequada/alternativa de conflitos, como dito, também está dentro do escopo do Projeto Descomplica, via utilização do “Justiça Multiportas”, que permite ao usuário compreender as várias modalidades de resolução dos litígios que não apenas por meio do ajuizamento de processos judiciais, dotando o sistema de maior racionalidade, evitando custos e demora na tramitação de demandas pelo processo comum.

QUAL A PRINCIPAL INOVAÇÃO DA SUA PRÁTICA?

Utilização de linguagem simples, clara e objetiva, na elaboração dos textos dirigidos ao público interno e externo, tanto na área administrativa quanto jurisdicional. Privilegiar mensagens diretas e de fácil compreensão, inclusive com uso do Visual Law, que permite complementar textos escritos e melhor compreender e memorizar as informações constantes dos documentos elaborados. A principal inovação está na adesão, pelo Judiciário gaúcho, às transformações da sociedade na forma de se comunicar com seus magistrados e servidores, bem como com os demais usuários do sistema judicial e a própria sociedade, facilitando o acesso à justiça e os meios adequados de resolução de conflitos.

EXPLIQUE COMO SUA PRÁTICA CONTRIBUI PARA O APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

A Administração Pública, assim como as grandes empresas privadas, têm dificuldades de comunicação interna e externa. No caso do Judiciário, nem sempre conseguimos fazer chegar aos magistrados e servidores as orientações e comunicações expedidas com clareza, quanto mais aos operadores e demais usuários do sistema. Isso leva ao desconhecimento das orientações administrativas elaboradas pela Administração e sua correta compreensão pelos usuários internos e externos. A adoção do projeto “Descomplica” permitirá ganho em eficiência, qualidade dos serviços e comunicação mais eficaz com a sociedade.

NO SEU ENTENDIMENTO, SUA PRÁTICA FOMENTA A EDUCAÇÃO E A CULTURA NO PAÍS? EM CASO POSITIVO, EXPLIQUE COMO.

Sim. A utilização de formato e termos arcaicos impede que as pessoas compreendam como funciona o Judiciário, o que, por via reflexa, dificulta o acesso daqueles cidadãos mais simples ao sistema de justiça. Isso gera desigualdade, pois a isonomia supõe alinhamento do conhecimento e a transmissão deste supõe adequação da linguagem à compreensão da população em geral.

EXPLIQUE COMO OCORREU O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA PRÁTICA.

A prática foi inicialmente implantada na reformatação dos documentos elaborados pela Corregedoria-Geral da Justiça, nos atos, provimentos, recomendações e comunicados enviados aos juízes e servidores de primeiro grau, com utilização não só da linguagem simples, como visual. Tal iniciativa vem recebendo adesão e apoio de todos, por tornar a leitura dos documentos mais agradável, com mensagens mais claras e compreensíveis. Ao descomplicar a linguagem, usando inclusive sinônimos de palavras difíceis, e ao adotar a providência de inserção de imagens, fotografias, ícones e/ou gráficos, houve uma comunicação mais eficaz. A aplicação do chamado visual law auxilia na organização e na memorização das informações. Permite ainda a transformação digital no ambiente jurídico, mediante uso de QRCode, vídeos, que facilitam a sua inserção em aplicativos e sites.

QUAIS OS FATORES DE SUCESSO DA PRÁTICA?

Adequação do Judiciário ao que a sociedade já está adaptada. O uso de textos mais claros e objetivos, com formas de comunicação mais intuitivas, como imagens, ícones, desenhos e gráficos, viabiliza a leitura dos atos e decisões em formato digital, via aplicativos e sites, forma mais comum de leitura na atualidade.

QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?

Por herança de uma cultura formalista, textos longos e retórica têm sido a regra nas peças e documentos produzidos pelos operadores do direito. No imaginário forense, ainda há quem pense que escrever muito e de forma difícil é demonstração de conhecimento. Dizer o mesmo, via peças menos extensa, modo claro e conciso, representa uma mudança de paradigma que permitirá tornar o direito mais acessível e compreensível a todos. O desafio está em manter a essência da informação, sem os excessos e exigências de atos e procedimentos retóricos, impregnados de fórmulas inúteis e inadequadas aos fins a que se destinam.

EQUIPE

Comissão de Inovação do TJRS - INOVAJUS, Corregedoria-Geral da Justiça e Laboratório de Inovação do TJRS - Labee9

EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

Os já utilizados pelos servidores do TJRS, além de ferramentas de uso liberado, tais como Google, Trello, Canva.

ORÇAMENTO

Nenhum valor envolvido.

OUTROS RECURSOS

Criatividade e boa vontade em simplificar os textos.

COMO VOCÊ FICOU SABENDO DAS INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO INNOVARE?

redes sociais

Guia rápido para audiência virtual

- Informações para que Advogados, partes e testemunhas possam acessar a sala de audiência virtual.
- Ilustrativo, para facilitar o entendimento, e encaminhado via Whatsapp.

Programa TV Justiça - CNJ

O impacto do judiciário no acesso à justiça

DESCOMPLICA: Comissão de Inovação do TJRS lança projeto para simplificar o texto jurídico

Escrever de forma mais direta, em busca de uma compreensão rápida, para que a mensagem seja eficaz. É isso que pretende o **DESCOMPLICA**, um projeto da Comissão de Inovação do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (INOVAJUS).

Além de textos mais curtos, com linguagem usual, a ideia é se valer de recursos visuais, usando técnicas do chamado Visual Law. Não se trata de documentos oficiais coreografados a aparecer com cor, gráfico, vídeos, QR Codes e outros elementos visuais que não ajudam a interpretar o que está escrito.

O Presidente do INOVAJUS, Desembargador Ricardo Pigo Schmidt, explica que a intenção é propor aos magistrados que a redação de textos jurídicos seja simples, clara e objetiva, para uma comunicação mais adequada e direta. "As pessoas que não conhecem e não entendem os mecanismos da justiça e, ao acessarem o judiciário, ao receberem um mandado ou intimação, podem se sentir reféns de um sistema que parece difícil de entender", diz. "O desafio é manter a credibilidade da informação, mas sem excessos e procedimentos retóricos, promovendo uma comunicação mais eficaz".

CQJ dá o pontapé inicial

A iniciativa já começou na Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ). Alguns Ofícios-Circulares estão sendo elaborados com uma redação simplificada, para que as orientações oficiais cheguem de forma objetiva. Não só o texto mudou, mas a apresentação gráfica também está diferente. O Juiz-Congregador André Lúci de Aguiar Testheimer propôs a mudança com o intuito de facilitar a leitura: "Observamos que além de melhorar o aspecto visual, a redação no sentido do texto deixou a orientação mais clara, organizada e objetiva. E não deixamos de incluir nenhuma informação relevante, só alteramos a forma de apresentar o conteúdo".

O Presidente do INOVAJUS disse que vários magistrados já apresentaram ideias criativas para melhorar a comunicação com a sociedade. "O objetivo do Poder Judiciário é que as pessoas encontrem nas mensagens informações claras e caminhos mais rápidos para a solução dos seus problemas e necessidades junto à Justiça Estadual", concluiu o Desembargador Ricardo Pigo Schmidt.